

3 0 MAR 1992



LEGISLATIVO

GAZETA MERCANTIL

Congresso Líder governista prevê “maioria confortável” para lei dos portos e serviços públicos

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Superado o impasse que impedia a aprovação do Projeto de Lei que criou a Secretaria de Governo e definida a posse do ex-senador Jorge Bornhausen, os líderes governistas começam a pensar na tramitação de outras matérias de interesse do Executivo e que devem ser aprovadas ainda neste primeiro semestre do ano.

O líder do bloco governista na Câmara, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), acredita que pelo menos o Projeto de Modernização dos Portos, o de concessão de serviços públicos e a Lei das Paten-

tes “já tenham maioria confortável”.

O deputado, no entanto, não descarta, com isso, o surgimento de polêmicas e alguns problemas para a aprovação das três matérias. O projeto sobre a modernização dos portos, que até o momento vinha tramitando em três comissões temáticas, conforme lembrou Luiz Eduardo, passará a partir de agora a tramitar em uma comissão especial, por determinação do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

“Isso, sem dúvida, facilitará a tramitação do projeto. E acredito que ele possa chegar ao Plenário da Câ-

mara no final de abril”, avalia. O líder governista prefere não arriscar prognósticos sobre a tramitação do chamado “emenda”, reconhecendo a polêmica que envolve as cinco emendas constitucionais. Mas defende as medidas incluídas nas emendas do ajuste fiscal e a de modernização e desregulamentação da economia.

Essas duas emendas estão com suas votações marcadas para a próxima quarta-feira, nas comissões especiais da Câmara. Apesar de ter procurado elaborar um substitutivo o mais consensual possível, o deputado Benito Gama (PFL-BA), relator da

emenda do ajuste fiscal, admite que terá dificuldades para aprovar todo o projeto, que cria dois impostos: um sobre os combustíveis e outro sobre o saldo devedor remanescente dos contratos do sistema financeiro de habitação.

O relator da Emenda de Modernização e Desregulamentação da Economia, deputado Ney Lopes (PFL-RN), poderá ter mais problemas ainda para aprovar seu substitutivo, que prevê entre várias medidas de incentivo a entrada do capital externo no País, a redução do monopólio estatal para o petróleo, a área de telecomunicações e o setor nuclear.